



Anais da Assembléia

Nº 110

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ornário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 75.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Ovídio Constantino (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N° 039/93

Curitiba, 09.08.93

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva

criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão, com a denominação de "Assistente de Segurança Pública" e simbologia 9-C.

A proposição ora submetida à apreciação desta Casa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, sendo indiscutivelmente oportuna e necessária, eis que, esses novos cargos em comissão, somados a outros da mesma natureza já existentes, virão ensejar condições no sentido de que a Polícia Civil seja dotada de indispensáveis recursos humanos, com o que possibilitar-se-á seu pleno desempenho em municípios cujas delegacias ou unidades policiais civis, em razão de sua classificação estrutural, eventualmente não contem ou não possam contar com a participação de Delegados de carreira. Tal praxe, aliás, demonstra a certeza de bons resultados, os quais, sem qualquer dúvida, permitirão que as mais longínquas e isoladas localidades do Estado do Paraná tenham, permanentemente, o conveniente atendimento dos organismos policiais.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública e simbologia 9-C, os quais serão providos na forma do disposto no parágrafo único do art. 1º, da Lei n° 7.880, de 20 de julho de 1984.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 040/93

Curitiba, 09.08.93.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assem-

bléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, 4.812,50 m², parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, localizada nesta Capital, no Bairro do Tarumã, objeto da Transcrição n° 12.326, Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da 2.^a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

A medida legal ora submetida a essa Casa reveste-se de elevado significado e, portanto, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que virá ensejar condições no sentido de que a Cessionária instale na área em referência, o Centro de Treinamento e Reabilitação Auditiva - CENTRAU, obra essa que, sem a menor sombra de dúvida, trará inestimáveis benefícios às pessoas portadoras de tal deficiência.

Vale, ainda, destacar o fato de o anteprojeto de lei em epígrafe conter dispositivo no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para a finalidade prevista, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

A proposta revogação da Lei n° 9.464, de 11 de dezembro de 1990, faz-se necessária, pois essa lei autorizou a cessão de outra área para mesma finalidade, mas considerada inviável porque o imóvel que mencionou não foi considerado disponível.

Certo de que esta medida merecerá, desta colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Por força do art. 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder em caráter de utilização gratuita, à Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, 4.812,50 m², parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, localizada nesta Capital, entre uma Rua sem denominação e a Rua Cel. Augusto de Almeida Garret, no Bairro do Tarumã, transcrita no livro 3-H, sob n° de ordem 12.326, do Cartório de Registro de Imóveis da 2.^a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2° - A área de que trata o art. 1° destinar-se-á exclusivamente à construção, pela cessionária, do Centro de Treinamento e Reabilitação Auditiva - CENTRAU, tendo a cessão a duração até 31 de dezembro de 1994, havendo possibilidade de

prorrogação, mediante consenso entre as partes, não podendo a referida área ser utilizada para outros fins, sob pena de cancelamento automático de tal cessão.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n° 9.464, de 11 de dezembro de 1990 e as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 041/93

Curitiba, 10 de agosto de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar ao art. 58, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, inciso e parágrafo com redação conforme especifica.

A Lei n° 10.219/92 é a que dispõe sobre a Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais e cria o Fundo de Previdência do Estado, tendo a medida em referência a finalidade de ensejar condições legais no sentido da ampliação das possibilidades de aplicação dos recursos do referido Fundo. E ampliar na direção de que o Fundo possa abrigar ações de empresas do Governo Federal e do Governo do Paraná. Com isso, o Fundo fica protegido e, como ele não tem exigências de ordem pecuniária imediatas, o Estado pode usar desses recursos em obras públicas prioritárias.

No caso, entende-se que a transferência de ações dessa natureza deve ficar sujeita à expressa autorização do Governador, que avaliará a conveniência ou não da operação.

Não é de se olvidar que o Fundo de Previdência é mera provisão contábil, não tendo, pois, personalidade jurídica, e que o Tesouro é sempre subsidiariamente responsável pelos encargos financeiros dos benefícios. (Art. 72 da citada Lei n° 10.219/92). Daí não haver qualquer possibilidade de frustração dos propósitos do Fundo nas aplicações permitidas pela lei de regência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O art. 58 da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, fica acrescido do inciso VIII e do § 4°, com as redações seguintes:

"VIII - ações de empresas estatais federais e estaduais".

"§4º - A aplicação a que se refere o inciso VIII fica sujeita à prévia autorização do Governador".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº DTL/SAT/226/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCLONADO** o Projeto de Lei nº:

249/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a cessão da área de terra que especifica, à Sociedade Evangélica Betânia, localizada no Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o Nº 10.426. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o nº DTL/SAT/225/93, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 073/93. **Ato conhecimento da Casa.**

Sob os nºs DTL/SAT/227 e 228/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRAMENTE** os Projetos de Leis nºs 169 e 183/93, por julgá-los inconstitucionais e contrários ao interesse público. À **Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 162/93-COP, do Senhor Carlos Artur Krüger Passos - Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, comunicando que em cumprimento ao parágrafo único do artigo 8º da Lei nº 10.195, de 15/12/92, os quadros de detalhamento de despesas QDDs, relativos ao exercício financeiro de 1993, atualizados pelos Decretos nº 2.235 de 1º de abril de 1993 e nº 2.432, de 05 de julho de 1993, já transformados em cruzeiros reais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº ATCC 4399/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta a renovação de Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio, que pede melhores esclarecimentos sobre "Eventuais e possíveis "Grilos" de terras - Itararé Imobiliária e Colonizadora". **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

FAX

Sob o nº 1518, do Senhor Heron Arzua - Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações, solicita-

do pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, que pede esclarecimentos sobre "Arastão Fiscal" promovido pela Secretaria da Fazenda, nas cidades do interior, principalmente nas pequenas e micro empresas. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIOS

Sob o nº DTL/SAT/229/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCLONADO** o Projeto de Lei nº:

321/93: De autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Heinz Georg Herwig que autorizam a celebração de convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, objetivando elaboração de estudos referentes à duplicação da BR-376 e BR-101, conforme menciona, o qual convertido em lei tomou o nº 10.428. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o nº ATCC 4404/93, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Luiz Carlos Martins ao Governo do Estado, pedindo melhores esclarecimentos sobre "Contribuição feita pela Servidora inativa Hortência de Souza Miranda". **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 801/93/GS, do Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Fundação Oásis Cidade Aberta". **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 039/93-INT. GPNP.

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para informar V. Exa. que estaremos ausentes das sessões plenárias dos dias 17, 18 e 19 do corrente mês, em virtude de viagem à Brasília, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, desta Casa.

Na oportunidade, renovamos as considerações de irrestrito apreço e respeitosa admiração.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

OF. Nº 446/93

Senhor Presidente.

Com os cordiais cumprimentos, venho a V. Exa. a fim de justificar a minha ausência na sessão do dia 16 (segunda-feira) pelo motivo de já ter assumido compromissos inadiáveis na região oeste do Estado.

Certo de vossa compreensão, reitero meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) ÉLIO RUSCH

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 2930**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comunica que estará ausente do País, no período compreendido entre os dias 02 a 14 de setembro próximo.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2887

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ponta Grossa nos dias 11 e 12 do corrente.

Para tanto comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente requer as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 2934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 387/93, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários, Amigos e Moradores do Distrito Colônia Lamenha Grande - ALGRA.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 2905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia, por dez sessões, do Projeto de Lei n° 177/93, de minha autoria, que determina a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresa da administração direta, indireta

ou autárquica, nos municípios de origem.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 2932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 053/93 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 2933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 05 sessões do Projeto de Lei n° 250/93 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Coordenador do Bloco Parlamentar Municipalista, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que em nome deste Poder Legislativo, o Presidente desta Casa Deputado Orlando Pessuti, na forma regimental, entre com Ação Direta de Inconstitucionalidade, contra dispositivos da Lei Federal de n° 8.666, de 21.06.93, relativa as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Bloco Parlamentar Municipalista, em conjunto com a Associação dos Municípios do Paraná, darão todas as informações técnicas e necessárias para a devida proposição judicial.

REQUERIMENTO N° 2895

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Vergílio Lanzarin, ocorrido no Hospital Erasto Gaertner em Curitiba, no dia 5 de agosto próximo passado.

O Sr. Luiz, era natural de Sarandi (RS), migrando em 1948 para o Distrito de Vitorino, Município de Clevelândia, onde dedicou-se à lavoura, um ano depois trouxe seus familiares para também começarem uma vida nova no Estado do Paraná.

Viúvo de Angelina Facin Lanzarin,

atualmente em segunda núpcias, era casado com Marli de Camargo Lanzarin.

Inaugurou as primeiras casas de comércio em Vitorino, fundador do Clube de Caça e Pesca em meados de 1960. Eleito Vereador pelo PL, na primeira Legislatura do recém-criado Município de Vitorino.

Abriu casa de comércio em São Lourenço D'Oeste-SC, onde fixou residência. Foi caminhoneiro e por último taxista, mantendo negócios no Município de Vitorino até o óbito.

Deixou sete filhos: Nilda, Valdemiro, Aldeneide, Aldonir, Aderbal Antonio, Diane Beatriz e Luiz Alberto.

As marcas mais profundas de sua personalidade forte foram: coragem, perseverança, trabalho, dignidade, lealdade e orgulho de pertencer ao Paraná.

Com o seu exemplo de luta e dedicação, foi um vencedor, iniciando todos os seus filhos em atividades de comércio e serviços.

Em Ponta Grossa, reside seu filho Valdemiro Lanzarin, o qual é presidente do PDT, daquela cidade.

Pranteiam a sua família e cultuam a sua memória, junto com seus familiares, inúmeros amigos espalhados por esse imenso Paraná de todas as gentes.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação da Casa, expresso em Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Doutor Egas Penteado Izique, conceituado médico paranaense, professor universitário e benemérito da humanidade.

O passamento do Doutor Egas Izique, ocorrido ontem, nesta cidade, enlutou não apenas a comunidade médica e universitária, mas toda a sociedade paranaense, que ao longo de mais de trinta anos acostumara-se a ver na figura do ilustre, um dedicado sacerdote da vida, atendendo desde a madrugada, dezenas de pacientes pobres que o procuravam no serviço de Cirurgia Geral e Traumatologia do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Com efeito, após exercer a Medicina em Porecatu com um enfoque fortemente humanitário, atendendo principalmente a população carente, o Doutor Egas Izique aceitou o convite do saudoso Professor Mário Braga de Abreu para vir para Curitiba, apoiá-lo na instalação do serviço de Cirurgia Geral e Traumatologia do Hospital de Clínicas, onde passou a integrar o corpo docente da Universidade Federal do Paraná. Após mais de trinta anos de cátedra, o Professor Egas estava em fase de aposentadoria quan-

do a morte o levou, aos 69 anos de idade.

Além do Hospital das Clínicas ele emprestou seu saber e sua vocação humanitária a instituições como a Casa de Misericórdia de Curitiba e o Hospital Cajuru, também na Capital exercendo intensamente suas atividades profissionais.

No período o Doutor Egas foi também Diretor do antigo SANDU e do INPS no Paraná. Na especialidade que abraçou e portando referências desde sua Medicina pioneira em Porecatu o Professor Izique manteve seus estudos sobre a esquistossomose, doença que agrava a condição de muitos brasileiros do interior, publicando um ensaio inédito sobre "Tratamento Cirúrgico da Hipertensão Portal" em revistas especializadas.

O Professor Egas Penteado Izique deixa viúva, a Excelentíssima Sra. Paulina de Camargo Izique, os filhos Egas Penteado Izique Júnior, médico cirurgião como o pai, casado com a Sra. Marise Prosdócimo Izique; Flávia, casada com o arquiteto Waldir Simão de Assis Filho e Paula, casada com o empresário Hermínio Victorelli Filho, além de netos.

Ao propormos esta manifestação, com o fundamento que lhe oferecemos - e que ilustra, de forma resumida a invulgar contribuição do Doutor Egas Penteado Izique - estamos seguros de que a Assembléia, representativa do povo do Paraná, irá se associar à dor de todos os nossos patrícios quando lamentamos a perda tão significativa.

Entendiam os antigos, na sabedoria provada do tempo, que uma nação se faz grande e adulta pela observância do exemplo de suas vidas ilustres.

Por isso, enaltecer a memória imorredoura do Professor Egas Penteado Izique, a gente paranaense segue o conselho da História, determinada a construir uma identidade afirmativa no seio da pátria brasileira.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2913

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Ermínio Mara, ocorrido em Ponta Grossa, dia 10 de agosto.

Era viúvo de Lúcia Martins Mara, tinha como filhos: Amilton, Anilse, Rosa, Orlando e Francisco.

O extinto era uma pessoa de grande personalidade, de grande vulto na sociedade pontagrossense.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à Família enlutada,

em nome de seus filhos, à Rua Leopoldo Frois, 438, Vila Marina em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da senhora ISABELA PIETTA SPILLER, e o envio de expediente para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A senhora ISABELA PIETTA SPILLER faleceu no dia 13 de agosto próximo passado, aos 83 (oitenta e três) anos de idade, deixando 10 (dez) filhos: Inês, Mercedes, Norma, Graciosa, Maria, Anita e Zulmira; Itacir "Chico", Otacílio e Tercílio.

A senhora ISABELA PIETTA SPILLER foi casada durante muitos anos com o senhor Relantino Spiller, e junto com ele foi uma das pioneiras de Francisco Beltrão. Sempre residiu na localidade de Rio do Mato, onde sempre trabalhou pelo progresso da nossa comunidade.

REQUERIMENTO N° 2916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor ANTÔNIO GIACOBBO, bem como o envio de expediente para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O senhor ANTÔNIO GIACOBBO residia em Francisco Beltrão/PR há muitos anos, onde conquistou muitas amizades. Faleceu aos 76 (setenta e seis) anos de idade, deixando 06 (seis) filhos vivos: João Natal, Olin-do, Victor, Carmem, José e Lourdes. O senhor ANTÔNIO GIACOBBO perdeu 01 (um) filho, vítima de acidente automobilístico (Irineu Giacobbo).

Lamentamos profundamente o falecimento do senhor ANTÔNIO GIACOBBO. Ele deixará muitas saudades no coração de todos que o conheciam, e sua falta será sentida por toda a comunidade de Francisco Beltrão/PR, que sempre pôde contar com o seu inestimável apoio na busca de soluções para os seus problemas.

REQUERIMENTO N° 2921

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor PLÍNIO ANTÔNIO DE SOTTI LOPES, funcionário estatutário do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

ANIBAL KHURY

NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 50 anos, faleceu o senhor PLÍNIO ANTÔNIO DE SOTTI LOPES, funcionário estatutário do Poder Legislativo.

O extinto era filho do ex-Deputado ANTÔNIO LOPES JÚNIOR.

Deixou viúva a senhora Ivone Martha e filhos.

Plínio Antônio foi Tesoureiro Geral da Assembléia Legislativa. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizade, dentre os quais os Deputados subscritores deste.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo PLÍNIO ANTÔNIO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através destes Deputados, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família SOTTI LOPES, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2931

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Doutor PLÍNIO SOTTI LOPES, ex-Consultor Legislativo desta Casa, Advogado e Jornalista militante em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(aa) CEZAR SILVESTRI

ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao locutor Antônio Carlos Gomes, por ter obtido o "record" mundial de permanência no ar, conseguindo um tempo de 102 horas e 7 minutos.

O "record" anterior era de 100,9 horas, e Antônio Carlos, com muita garra e persistência, conseguiu superá-lo.

O locutor trabalha na Rádio Antena Sul, na cidade de Castro.

Para vencer esta maratona não foi fácil, visto que foram mais de quatro dias sem dormir, com alimentação balanceada e muita força de vontade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao locutor, aos diretores, proprietários e funcionários da Rádio Antena Sul, no Município de Castro.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente Sessão, voto de congratulações ao "Paraná Futebol Clube", pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à Agremiação campeã, na pessoa de seu Presidente, Senhor Darci Piana, na sede social, sito à Av. Pres. Kennedy, 2377 - Água Verde.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O PARANÁ FUTEBOL CLUBE, por antecipação, sagrou-se, pela segunda vez, Campeão Paranaense de Futebol. Com apenas quatro anos de existência, ainda incompletos, o PARANÁ CLUBE conquista o seu segundo título no futebol profissional do Paraná e um a nível nacional, ao sagrar-se, no ano passado, Campeão Brasileiro da Divisão Classificatória.

O PARANÁ FUTEBOL CLUBE, vem com este feito servir de exemplo a todas as agremiações esportivas, pelo espírito de garra e luta, que vai desde o mais humilde servidor, aos atletas, dirigentes e Presidente, que honram a camisa que vestem, defendendo-a com honra e bravura.

REQUERIMENTO N° 2907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, manifestação desta Assembléia Legislativa no sentido de que seja revisto o teor do Despacho Secretarial 39/92, que impede a concessão da Aposentadoria Especial aos servidores públicos no exercício de Função de Magistério, que não em Regência de Classe, contrariando disposição constitucional.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado confunde "Função de Magistério" com "Regência de Classe" e pretende impedir a concessão da Aposentadoria Especial à milhares de professores. A estrutura jurídica do Magistério Público Estadual, conferido pela Lei n° 07/76, abrange, no conceito de Pessoal de Magistério, a quem são atribuídas as Funções de Magistério, os professores que não apenas regem classe, mas também assessoram, planejam, programam, dirigem, supervisionam, inspecionam, acompanham, controlam, avaliam, e/ou orientam a educação sistemática. A estes deve ser assegurada a Aposentadoria Especial, negada a partir do Despacho Secretarial 39/92.

REQUERIMENTO N° 2909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, conforme solicitação formal do Colégio Estadual de Pato Branco - PREMEM, seja oficializada manifestação desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Professor Elias Abrahão, no sentido de conceder verba ao referido Colégio, para aquisição de fanfarra.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A formação de fanfarras em educandários é fator de estímulo à vida acadêmica dos estudantes. Deve, portanto, ser incentivada e receber condições por parte da sociedade civil organizada, que no caso já está presente com a maior parcela dos instrumentos, e do próprio Estado, a quem compete manter a qualidade da escola pública.

REQUERIMENTO N° 2910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja encaminhado ofício ao Superintendente da FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando-lhe doação de um aparelho de TV e de um vídeo cassete, em favor da Escola Estadual Santa Inês, da cidade de Santa Inês - PR.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Santa Inês necessita de aparelhos de TV e de vídeo, até por uma questão de poder dar continuidade à educação que sua clientela recebe na família. Encontra-se, no entanto, em estado de absoluta impossibilidade de adquiri-los. É, pois, dever do Estado, através da FUNDEPAR, aparelhar as escolas públicas da

Rede Pública de Ensino, a fim de que se modernizem e possam acompanhar a evolução que a sociedade requer.

REQUERIMENTO N° 2878

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no município de JUSSARA.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2879

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no município de JESUITAS.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2880

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das

atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no município de ICARAÍMA

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2882

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no município de IRACEMA DO OESTE.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2883

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sa-

nitários no município de GUAPOREMA
Sala das Sessões, em 16.08.93.
(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2884

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no município de FLOR DA SERRA DO SUL.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2885

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no município de FORMOSA DO OESTE.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município

ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2886

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de 300 (trezentos) módulos sanitários no município de FRANCISCO ALVES.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da população do Município ser de trabalhadores rurais volantes e residem na sua maioria na periferia.

Assim, face a falta de oferta de emprego na cidade, saem para outras regiões em busca de trabalhos, e ao retornarem podem estar trazendo algum tipo de doença em razão da péssima condição de higiene em que vivem.

A construção de tais módulos sanitários visa evitar tal problema, servindo como um meio eficaz no combate a contaminação e a propagação de doenças.

REQUERIMENTO N° 2888

SÚMULA: REQUER o encaminhamento de cionadas, solicitando a instalação de uma Antena Parabólica, um Aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Casete, para implantação dos Cursos de Capacidade Profissional no Colégio Estadual São Carlos do Ivaí no Município de São Carlos do Ivaí.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Governador do Estado e ao Prof. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação dos equipamentos acima mencionados para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional. Com cópias para o Diretor da Escola, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal e para a Chefe do

Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Programa de capacitação de professores à distância no Paraná, como parte do projeto "Salto para o Futuro" do Ministério da Educação, é um grande passo para o aprimoramento educacional no Estado e evitará o deslocamento de professores de seus municípios de origem, até a ^{Capital} e a instalação de uma Antena Parabólica, um aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete na escola deste município, deverá beneficiar não somente os professores da Rede Estadual, mas também os professores municipais, que também poderão usufruir deste benefício, aprimorando seus conhecimentos e desta forma dando às escolas municipais uma melhor qualidade de ensino.

Com a instalação destes equipamentos no município o Estado através da Secretaria de Educação terá uma grande economia em seu orçamento, pois o deslocamento de professores para participarem de cursos na Capital é bastante dispendioso e o Estado deixará de arcar com despesas de transporte, estada e alimentação porque o professor participará dos cursos, sem se afastar da sala de aula e principalmente porque está ao lado de sua família.

Segundo informações do Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, o programa prevê também repassar aos alunos de 1º e 2º graus informações através da TV Educativa (TVE) e manter centros de formação de professores com cursos de capacitação à distância, num total de 40 (quarenta) horas anuais, possibilitando um avanço na educação tanto para os professores como para os alunos.

Este projeto merece ser parabenizado não somente por nós Parlamentares, mas por toda a comunidade paranaense, visto que o Estado do Paraná está dando um grande passo para a modernização educacional do futuro, propiciando a nossa juventude, principalmente aos jovens do interior um maior conhecimento e uma melhor formação intelectual.

REQUERIMENTO N° 2889

SÚMULA: REQUER, o encaminhamento de expedientes às autoridades abaixo mencionadas, solicitando a instalação de uma Antena Parabólica, um Aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete, para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional no Colégio Estadual Duílio Trevisan Beltrão no município de Tamboara.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimen-

tais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Governador do Estado e ao Prof. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação dos equipamentos acima mencionados para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional. Com cópias para o Diretor da Escola, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal e para a Chefe do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Programa de capacitação de professores à distância no Paraná, como parte do projeto "Salto para o Futuro" do Ministério da Educação, é um grande passo para o aprimoramento educacional no Estado e evitará o deslocamento de professores de seus municípios de origem, até a Capital e a instalação de uma Antena Parabólica, um aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete na escola deste município, deverá beneficiar não somente os professores da Rede Estadual, mas também os professores municipais, que também poderão usufruir deste benefício, aprimorando seus conhecimentos e desta forma dando às escolas municipais uma melhor qualidade de ensino.

Com a instalação destes equipamentos no município o Estado através da Secretaria de Educação terá uma grande economia em seu orçamento, pois o deslocamento de professores para participarem de cursos na Capital é bastante dispendioso e o Estado deixará de arcar com despesas de transporte, estada e alimentação porque o professor participará dos cursos, sem se afastar da sala de aula e principalmente porque está ao lado de sua família.

Segundo informações do Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, o programa prevê também repassar aos alunos de 1º e 2º graus informações através da TV Educativa (TVE) e manter centros de formação de professores com cursos de capacitação à distância, num total de 40 (quarenta) horas anuais, possibilitando um avanço na educação tanto para os professores como para os alunos.

Este projeto merece ser parabenizado não somente por nós Parlamentares, mas por toda a comunidade paranaense, visto que o Estado do Paraná está dando um grande passo para a modernização educacional do futuro, propiciando a nossa juventude, principalmente aos jovens do interior um maior conhecimento e uma melhor formação intelectual.

REQUERIMENTO N° 2890

SÚMULA: REQUER, o encaminhamento de expedientes às autoridades abaixo men-

cionadas, solicitando a instalação de uma Antena Parabólica, um Aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete, para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional no Colégio Estadual Paraíso do Norte no município de Paraíso do Norte.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Governador do Estado e ao Prof. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação dos equipamentos acima mencionados para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional. Com cópias para o Diretor da Escola, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal e para a Chefe do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Programa de capacitação de professores à distância no Paraná, como parte do projeto "Salto para o Futuro" do Ministério da Educação, é um grande passo para o aprimoramento educacional no Estado e evitará o deslocamento de professores de seus municípios de origem, até a Capital e a instalação de uma Antena Parabólica, um aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete na sala deste município, deverá beneficiar não somente os professores da Rede Estadual, mas também os professores municipais, que também poderão usufruir deste benefício, aprimorando seus conhecimentos e desta forma dando às escolas municipais uma melhor qualidade de ensino.

Com a instalação destes equipamentos no município o Estado através da Secretaria de Educação terá uma grande economia em seu orçamento, pois o deslocamento de professores para participarem de cursos na Capital é bastante dispendioso e o Estado deixará de arcar com despesas de transporte, estada e alimentação porque o professor participará dos cursos, sem se afastar da sala de aula e principalmente porque está ao lado de sua família.

Segundo informações do Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, o programa prevê também repassar aos alunos de 1º e 2º graus informações através da TV Educativa (TVE) e manter centros de formação de professores com cursos de capacitação à distância, num total de 40 (quarenta) horas anuais, possibilitando um avanço na educação tanto para os professores como para os alunos.

Este projeto merece ser parabenizado não somente por nós Parlamentares, mas por toda a comunidade paranaense, visto que o

Estado do Paraná está dando um grande passo para a modernização educacional do futuro, propiciando a nossa juventude, principalmente aos jovens do interior um maior conhecimento e uma melhor formação intelectual.

REQUERIMENTO N° 2891

SÚMULA: REQUER, o encaminhamento de expedientes às autoridades abaixo mencionadas, solicitando a instalação de uma Antena Parabólica, um Aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete, para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional no Colégio Estadual Olavo Bilac no Município de Amaporã.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Governador do Estado e ao Prof. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação dos equipamentos acima mencionados para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional. Com cópias para o Diretor da Escola, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal e para a Chefe do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Programa de capacitação de professores à distância no Paraná, como parte do projeto "Salto para o Futuro" do Ministério da Educação, é um grande passo para o aprimoramento educacional no Estado e evitará o deslocamento de professores de seus municípios de origem, até a Capital e a instalação de uma Antena Parabólica, um aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete na escola deste município, deverá beneficiar não somente os professores da Rede Estadual, mas também os professores municipais, que também poderão usufruir deste benefício, aprimorando seus conhecimentos e desta forma dando às escolas municipais uma melhor qualidade de ensino.

Com a instalação destes equipamentos no município o Estado através da Secretaria de Educação terá uma grande economia em seu orçamento, pois o deslocamento de professores para participarem de cursos na Capital é bastante dispendioso e o Estado deixará de arcar com despesas de transporte, estada e alimentação porque o professor participará dos cursos, sem se afastar da sala de aula e principalmente porque está ao lado de sua família.

Segundo informações do Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, o programa prevê também repassar aos alunos de 1º e 2º graus informações através

TV Educativa (TVE) e manter centros de formação de professores com cursos de capacitação à distância, num total de 40 (quarenta) horas anuais, possibilitando um avanço na educação tanto para os professores como para os alunos.

Este projeto merece ser parabenizado não somente por nós Parlamentares, mas por toda a comunidade paranaense, visto que o Estado do Paraná está dando um grande passo para a modernização educacional do futuro, propiciando a nossa juventude, principalmente aos jovens do interior um maior conhecimento e uma melhor formação intelectual.

REQUERIMENTO N° 2892

SÚMULA: REQUER, o encaminhamento de expedientes às autoridades abaixo mencionadas, solicitando a instalação de uma Antena Parabólica, um Aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete, para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional no Colégio Estadual Carlos Gomes no município de São João do Caiuá.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Governador do Estado e ao Prof. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação dos equipamentos acima mencionados para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional. Com cópias para o Diretor da Escola, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal e para a Chefe do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Programa de capacitação de professores à distância no Paraná, como parte do projeto "Salto para o Futuro" do Ministério da Educação, é um grande passo para o aprimoramento educacional no Estado e evitará o deslocamento de professores de seus municípios de origem, até a Capital e a instalação de uma Antena Parabólica, um aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete na escola deste município, deverá beneficiar não somente os professores da Rede Estadual, mas também os professores municipais, que também poderão usufruir deste benefício, aprimorando seus conhecimentos e desta forma dando às escolas municipais uma melhor qualidade de ensino.

Com a instalação destes equipamentos no município o Estado através da Secretaria de Educação terá uma grande economia em seu orçamento, pois o deslocamento de professores para participarem de cursos na

Capital é bastante dispendioso e o Estado deixará de arcar com despesas de transporte, estada e alimentação porque o professor participará dos cursos, sem se afastar da sala de aula e principalmente porque está ao lado de sua família.

Segundo informações do Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, o programa prevê também repassar aos alunos de 1° e 2° graus informações através da TV Educativa (TVE) e manter centros de formação de professores com cursos de capacitação à distância, num total de 40 (quarenta) horas anuais, possibilitando um avanço na educação tanto para os professores como para os alunos.

Este projeto merece ser parabenizado não somente por nós Parlamentares, mas por toda a comunidade paranaense, visto que o Estado do Paraná está dando um grande passo para a modernização educacional do futuro, propiciando a nossa juventude, principalmente aos jovens do interior um maior conhecimento e uma melhor formação intelectual.

REQUERIMENTO N° 2893

SÚMULA: REQUER, o encaminhamento de expedientes às autoridades abaixo mencionadas, solicitando a instalação de uma Antena Parabólica, um Aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete, para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional no Colégio Estadual James Patrick no município de Terra Rica.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Governador do Estado e ao Prof. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação dos equipamentos acima mencionados para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional. Com cópias para o Diretor da Escola, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal e para a Chefe do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Programa de capacitação de professores à distância no Paraná, como parte do projeto "Salto para o Futuro" do Ministério da Educação, é um grande passo para o aprimoramento educacional no Estado e evitará o deslocamento de professores de seus municípios de origem, até a Capital e a instalação de uma Antena Parabólica, um aparelho de Televisão e um Aparelho de Vídeo Cassete na escola deste município, deverá beneficiar não somente os professores da Rede Estadual, mas também os professores municipais, que também poderão usu-

fruir deste benefício, aprimorando seus conhecimentos e desta forma dando às escolas municipais uma melhor qualidade de ensino.

Com a instalação destes equipamentos no município o Estado através da Secretaria de Educação terá uma grande economia em seu orçamento, pois o deslocamento de professores para participarem de cursos na Capital é bastante dispendioso e o Estado deixará de arcar com despesas de transporte, estadia e alimentação porque o professor participará dos cursos, sem se afastar da sala de aula e principalmente porque está ao lado de sua família.

Segundo informações do Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, o programa prevê também repassar aos alunos de 1º e 2º graus informações através TV Educativa (TVE) e manter centros de formação de professores com cursos de capacitação à distância, num total de 40 (quarenta) horas anuais, possibilitando um avanço na educação tanto para os professores como para os alunos.

Este projeto merece ser parabenizado não somente por nós Parlamentares, mas por toda a comunidade paranaense, visto que o Estado do Paraná está dando um grande passo para a modernização educacional do futuro, propiciando a nossa juventude, principalmente aos jovens do interior um maior conhecimento e uma melhor formação intelectual.

REQUERIMENTO N° 2894

SÚMULA: REQUER, o encaminhamento de expedientes às autoridades abaixo mencionadas, solicitando a instalação de uma antena parabólica, um aparelho de televisão e um aparelho de vídeo cassete, para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional no Colégio Estadual "Pedro Viriato de Souza", no Município de Mirador.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Governador do Estado e ao Prof. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação dos equipamentos acima mencionados para implantação dos Cursos de Capacitação Profissional. Com cópias para o Diretor da Escola, Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal e para a Chefe do Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Capacitação de Professores à Distância no Paraná, como parte do

projeto "Salto para o Futuro" do Ministério da Educação, é um grande passo para o aprimoramento educacional no Estado e evitará o deslocamento de professores de seus municípios de origem, até a Capital e a instalação de uma antena parabólica, um aparelho de televisão e um aparelho de vídeo cassete na escola deste município, deverá beneficiar não somente os professores da Rede Estadual, mas também os professores municipais, que também poderão usufruir deste benefício, aprimorando seus conhecimentos e desta forma dando às escolas municipais uma melhor qualidade de ensino.

Com a instalação destes equipamentos no município o Estado através da Secretaria de Educação terá uma grande economia em seu orçamento, pois o deslocamento de professores para participarem de cursos na Capital é bastante dispendioso e o Estado deixará de arcar com despesas de transporte, estadia e alimentação porque o professor participará dos cursos, sem se afastar da sala de aula e principalmente porque está ao lado de sua família.

Segundo informações do Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, o programa prevê também repassar aos alunos de 1º e 2º graus informações através da TV Educativa (TVE) e manter centros de Formação de Professores com Cursos de Capacitação à Distância, num total de 40 (quarenta) horas anuais, possibilitando um avanço na educação tanto para os professores como para os alunos.

Este projeto merece ser parabenizado não somente por nós Parlamentares, mas por toda a comunidade paranaense, visto que o Estado do Paraná está dando um grande passo para a modernização educacional do futuro, propiciando a nossa juventude, principalmente aos jovens do interior um maior conhecimento e uma melhor formação intelectual.

REQUERIMENTO N° 2899

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER, no sentido de atender a solicitação feita pelos moradores da Rua José de Souza, localizada no bairro de Roça Grande - Município de Colombo, os quais pedem que sejam executados reparos na estrada denominada de Rodovia da Uva. Afirmam que a mesma não está em condições perfeitas para o tráfego, tanto de transeuntes quanto de veículos, prejudicando sobremaneira toda a população. Pedem urgência no atendimento, tendo em vista tratar-se de uma rodovia de

grande importância a todos que a utilizam, e principalmente com o objetivo de evitar algum acidente que possa vir a ocorrer.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2900

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, no sentido de efetuar reparos na rede de esgoto da Rua Bahia, esquina com a Rua Manoel Hygino dos Santos, no Bairro da Vila Guaíra. O pedido foi feito pelos moradores dessas ruas, os quais afirmam que a rede de esgoto deve estar entupida porque toda a sujeira volta para suas casas.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2901

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Norte Sul, proximidades do n° 22, localizada no bairro Jardim Boa Vista, em Almirante Tamandaré, os quais solicitam uma melhor iluminação na citada rua. Afirmam que há somente um poste na rua e que à noite os moradores não podem sair de casa porque há muita escuridão, havendo enorme perigo de assaltos a toda a população. Pedem urgência no atendimento a fim de evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Correa, DD. Ministro da Justiça e Cidadania, solicitando a IMPLANTAÇÃO DE UMA VARA DA JUSTIÇA FEDERAL EM PARANAGUÁ, com Jurisdição em todo o litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LOURENÇO FEGONESE

JUSTIFICATIVA:

A movimentação externa, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, é das mais intensas e complexas, envolvendo desde das traduções dos manifestos de cargas, até a parte tributária fiscal dos usuários, onde constantemente surgem problemáticas jurídicas que são obrigadas

por força das circunstâncias serem decididas na Capital do Estado, num acúmulo de tempo, e criando - de conformidade com as questões - situações embaraçosas tecnicamente no comércio da navegação pelo distanciamento da origem. Por outro lado, a própria cidade de Paranaguá, pelas circunstâncias de cidade-porto, tem seus problemas de âmbito doméstico nas áreas fazendárias e nas próprias contravenções penais, em função da existência e funcionamento da Delegacia de Polícia Federal, cujo trabalho é dos mais destacados em toda a região de abrangência, pois envolve a microrregião do litoral, composta das cidades de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Matinhos e Guaratuba.

Com relação a instalação de uma VARA FEDERAL em PARANAGUÁ, atenderia de forma precisa e com maior agilidade toda a região, e por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Ministro da Justiça e Cidadania Maurício Correa, relatando a situação e com cópia desse nosso requerimento na íntegra, salientando a necessidade da criação desse benefício da Justiça.

REQUERIMENTO N° 2903

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da rua Isidoro Gaida, localizada no Jardim Guarujá, no Município de Colombo, quanto a limpeza na rede de esgotos da referida rua, em especial na frente da creche ali existente. Afirmam que a rede de esgotos encontra-se em péssimas condições e que, o ideal seria o manilhamento de toda a via. Pedem urgência no atendimento, devido aos transtornos que vêm ocorrendo, e também pelo risco de saúde que toda a população está propensa.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2904

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro dos Transportes e ao Diretor do DNER, solicitando o asfaltamento da rodovia Transbrasiliana, no trecho entre Ventania e União da Vitória.

A ligação entre Ventania e União da Vitória, tem cerca de 300 quilômetros, e é um dos três trechos não pavimentados da Transbrasiliana.

A via que foi desenvolvida como elemento estratégico de segurança nacional, passa longe das capitais e facilita o escoamento do transporte pesado.

Todas as ligações de ônibus entre Brasília e Porto Alegre passam pela BR - 153, que é usada como escoamento da produção do Mato Grosso do Sul, de Rondônia e Acre em direção a Paranaguá.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja encaminhado ofício ao Superintendente da FUNDEPAR - Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - solicitando um aparelho de TV, um Vídeo Cassete e uma Antena Parabólica para a Escola Estadual Raul Rodrigues Gomes - Ensino Regular e Supletivo de 1° Grau, do município de Ivaiporã, que conta com uma clientela de, aproximadamente, 1.500 alunos.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

É interesse do Governo do Estado equipar as escolas da Rede Pública de Ensino com aparelhagem eficiente e moderna, a fim de poder fazer frente à constante mutação e progresso exigidos pela nossa sociedade. O vídeo cassete é, hoje, aparelho indispensável a qualquer escola, tanto nas grandes, como nas pequenas cidades, uma vez que já entrou na vida familiar de boa parte da sociedade. A escola é a continuidade do lar.

REQUERIMENTO N° 2911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. José Moacir Favetti, como reforço às solicitações constantes nas cópias anexas dos requerimentos já remetidos àquela Secretaria de Estado.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os Conselhos Comunitários de Segurança, para poderem desempenhar os objetivos a que se propõem, precisam da assistência da Secretaria de Estado a que estão subordinados. No caso especial do Conselho Comunitário de Segurança de Ivaiporã, existem precisões básicas que vão da ampliação da cota de combustível para as Polícias Civil e Militar, até o aumento de pessoal efetivo dessas mesmas corporações, passando

do pela necessidade de construção de quartela e dotação da Cadeia Pública, da cidade, das condições mínimas de funcionamento, como, carcereiro, servente, cozinheira e víveres alimentícios. É urgente, pois, que as autoridades competentes ligadas ao órgão agilizem os mecanismos de atendimento às solicitações do Conselho Comunitário de Segurança de Ivaiporã, sob pena de continuar desassistida a comunidade local.

REQUERIMENTO N° 2917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Prefeito Municipal Ironaldo Pereira de Deus, de Antonina, no sentido de realizar com a maior brevidade possível a elaboração de um Projeto de "MEIO AMBIENTE", dentro dos critérios estabelecidos na Lei Complementar Estadual n° 59, de 01.10.1991, mais especialmente em seu Artigo 6°.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O município de Antonina, em sua extensão territorial tem várias unidades de conservação ambiental, bem como os itens contidos na Lei Complementar n° 59, de 01 de outubro de 1.991, porém o Governo Estadual tem competência legal de reduzir os valores recebidos, imbutidos no ICMS de ano para ano se a Prefeitura Municipal beneficiada não apresentar um Projeto de "MEIO AMBIENTE", e isso está configurado no Artigo 6° do citado Diploma Legal.

É público e notório as dificuldades que o Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, está encontrando para ampliar a receita tributária do município de Antonina, e seria deveras lamentável perder esse sistema financeiro, valores correspondentes aos "royalties".

REQUERIMENTO N° 2918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a todos os integrantes da Bancada Federal do Paraná em Brasília, solicitando para que intercedam junto ao Ministério da Justiça e Cidadania, para a criação de uma Vara da Justiça Federal em Paranaguá, com abrangência em todo o litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O complexo sócio-jurídico, do município de Paranaguá nesses últimos anos teve uma ampliação destacada, com o surgimento na vida diária da cidade de méritos e

ações comerciais, que existem a necessidade de decisões da Justiça Federal.

A amplitude desse processo, reveste-se, da operacionalidade técnico-administrativa e suas raízes formais na Administração dos Portos de Paranaguá, Ministério de Agricultura, Ministério da Fazenda, Capitania dos Portos do Estado do Paraná, Departamento da Polícia Federal, Secretaria de Finanças e outros organismos relacionados ao movimento diário do Terminal, aliado ao fato da existência de uma ampla retaguarda de organizações comerciais que também tem suas contestações aos feitos regulamentadores, e são forçosamente obrigados a ingressarem com Ações na Capital do Estado, embora não seja tão distante em quilômetros, porém cria sérios transtornos. Registre-se ainda que, na própria região, composta das cidades de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Matinhos, Guaratuba e ainda a sede Paranaguá, em seus tradicionais métodos de vivência, tem problemas de origens comuns que envolve a Justiça Federal, pois é grande o volume de trabalho dos integrantes da Polícia Federal na região, no combate aos setores diferentes das Contravenções, e outras atividades, pelos fatos argumentados, cujos resultados irão beneficiar toda a coletividade. Solicitamos que seja enviado uma correspondência a todos os integrantes da Bancada Federal do Paraná no Congresso Nacional, solicitando que intercedam junto ao Ministério da Justiça e Cidadania para a implantação da Vara da Justiça Federal em Paranaguá, com abrangência em todo o litoral paranaense.

REQUERIMENTO N° 2920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando uma viatura para o destacamento da Polícia Militar de Tibagi.

O ilustre vereador Aristeu Ribas, Presidente da Câmara Municipal, justifica o pleito, no ofício encaminhado a este Gabinete Parlamentar, em razão da grande extensão territorial de Tibagi, com bairros e distritos apresentando dificuldade de acesso.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 2922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário Especial da Habitação, so-

licitando a inclusão, dentro do Programa Casa da Família, de 50 unidades habitacionais no Município de Corumbataí do Sul.

A solicitação em tela faz-se devido à elevação da população de baixa renda, comprometendo assim, o número de moradias necessárias para atender a real situação do Município.

Neste sentido, que essa Secretaria, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2927

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 296/92, que dispõe sobre a isenção do pagamento de passagens aos carteiros que em serviço utilizarem o transporte intermunicipal no Estado do Paraná, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência encaminhar ao Departamento de Serviços de Transporte Comercial da Secretaria dos Transportes, para que o mesmo proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca da matéria.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 402/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade de Assistência à Infância de Ibaiti", com sede no Município de Ibaiti, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A entidade presta serviços de apoio e assistência à infância de Ibaiti, com atividades que vão desde a alimentação, higiene, reforço escolar, artesanato, pintura, música, etc., até o acompanhamento médico, odontológico e psicológico dos assistidos, o que é acompanhado, inclusive, junto a seus familiares, basicamente famílias bastante pobres, que compõem um vasto elenco de bóias frias, trabalhadores característicos da região de Ibaiti, que labutam, de forma avulsa, no corte de cana-

-de-açúcar, lavouras etc., vivendo em lamentável estado de miserabilidade, em cujo contexto a entidade representa valioso e indispensável apoio.

PROJETO DE LEI N° 403/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Serafim Meneguel.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem o escopo de prestar justa homenagem ao empresário e desportista Sr. Serafim Meneguel, Diretor-Presidente da Usina de Açúcar e Alcool de Bandeirantes S/A - USIBAN, sucessor da saudosa memória do Comendador Luiz Meneguel, genitor e fundador dessa conceituada empresa paranaense.

Serafim, ao lado de sua exma. esposa, Sra. Carlota Meneguel, e ilustres familiares, vem administrando, com seriedade e trabalho, esse importante complexo agro-industrial.

Sua administração tem se preocupado com o crescimento da Usina, e também aplica recursos na área social, no bem-estar de seus funcionários, operários e familiares dos mesmos.

Hoje a Usina emprega 3.000 funcionários e a comercialização de seus produtos atingirá a importante cifra de 22.000.000 dólares, representando empregos, gerando recursos públicos e divisas para o crescimento do Município de Bandeirantes e cidades vizinhas que têm suas bases econômicas ligadas a produção agro-industrial da USIBAN.

Como desportista fundou e preside o Bandeirantes Futebol Clube, dando-lhe condições financeiras para disputar o Campeonato Paranaense da Divisão Especial e outros campeonatos e Torneios a nível nacional, sempre com destaque.

O cidadão, empresário e desportista Serafim Meneguel é conhecido nacionalmente pela sua capacidade de trabalho, competência e honradez, com grande respeito ao trabalhador.

Essa é sua "performance", uma legenda "Trabalho e Progresso".

Bandeirantense de coração - "Bicho do Paraná".

Essa é sua vida.

PROJETO DE LEI N° 404/93
A Assembléia Legislativa

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari, Paraná, com sede e foro na Comarca de Mandaguari.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos" de Mandaguari, Paraná, entidade registrada sob n° 081, livro 72, folhas 003 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Mandaguari, inscrita no CGC sob n° 95.639.498/0001-43.

Entidade de sociedade civil, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, apolítica e não religiosa, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda assistência aos seus associados conforme determinação estatutária.

Seu estatuto traduz a elevada significância social da entidade definindo claramente seus objetivos.

A Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari, AAPIM, não remunera os membros de sua diretoria, conforme o artigo 7°, parágrafo único do Estatuto Social.

Pelos documentos apensos, torna-se necessário o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da referida entidade.

PROJETO DE LEI N° 405/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As pessoas que trabalham na manipulação de alimentos de qualquer espécie, em restaurantes, bares e similares, deverão utilizar-se de luvas.

Art. 2° - A fiscalização desta lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3° - A não observância desta lei implicará em multa a ser determinada pelo Secretário de Estado da Saúde ao estabelecimento, dobrando-se a cada reincidência.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

É notória a falta de higiene existente em muitos bares, restaurantes e similares. Os funcionários destes estabelecimentos,

não raro, apresentam-se com mãos sujas e unhas em desalinho. A manipulação incorreta dos alimentos pode causar, em seus consumidores, uma série de danos à saúde, a começar pelo cólera. As luvas evitariam problemas dessa ordem, ajudando a uma menor contaminação da alimentação.

Acreditamos que com o amparo legal, o governo, através da fiscalização da Secretaria de Saúde, proporcionará proteção e saúde à população, condizendo com o disposto no artigo 24, inciso XII, da Carta Magna.

Pelo artigo 3º deste projeto, tencionamos evitar a desvalorização da multa a ser aplicada aos infratores, objetivando um maior poder de fiscalização ao agente público.

PROJETO DE LEI N° 406/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Toda entidade hospitalar no Estado do Paraná, pública ou privada, deverá proceder à identificação de todas as pessoas que nela ingressarem a qualquer título.

Art. 2º - Ao se identificarem, essas pessoas receberão um crachá e deverão deixar um documento pessoal na portaria do estabelecimento médico, para cadastramento e controle.

Art. 3º - O documento será restituído sempre na saída, mediante a devolução do crachá de identidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A medida, que propomos, garantirá a segurança de crianças que sempre são sequestradas dentro de hospitais, como também garantirá a segurança de pacientes em tratamento ambulatorial, dos internos e, principalmente, do corpo médico e dos funcionários.

Com isto, evitará furtos e roubos nesses estabelecimentos, tanto de equipamentos médicos, como até objetos de pacientes, seus acompanhantes ou visitantes.

Esta proposta significa uma preocupação desta Casa de Leis, na defesa da segurança dos cidadãos paranaenses.

PROJETO DE LEI N° 407/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iracema do Oeste", com sede e foro naquele Município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância, do Município de Iracema do Oeste, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, bem-estar e necessidades da criança e da gestante.

PROJETO DE LEI N° 408/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os plantadores de cana-de-açúcar não poderão efetuar a queima do resíduo ou da cana-de-açúcar no próprio local da lavoura ou plantação.

Parágrafo Único - A cana ou o resíduo da cana-de-açúcar somente poderá ser queimado em local apropriado para esse fim.

Art. 2º - A fiscalização do cumprimento desta lei será exercida pela Secretaria do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - O não cumprimento desta Lei, sujeitará o infrator às penas previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto de lei visa precipuamente evitar que o sistema utilizado atualmente pela maioria dos produtores de cana-de-açúcar com a queima indiscriminada da cana e dos resíduos da cana-de-açúcar continue a proporcionar o desequilíbrio ecológico da terra, inclusive com malefícios que leva o desrespeito ao dom da natureza.

A própria Constituição Estadual colocou em seu Capítulo V, art. 207, a seguinte redação:

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e

o uso racional dos recursos ambientais".

No § 1º do citado artigo estabelece a Constituição, que cabe ao Poder Público, na forma da Lei, para assegurar a efetividade desse direito, etc...

Embora vários atos já tenham sido editados no sentido de coibir o uso indiscriminado de queimadas, os diplomas aludidos não têm sido respeitados, mesmo porque, são eles inespecíficos e gerais. De outra parte, vale referir que, sem uma lei específica e uma campanha de esclarecimento sobre o mal causado ao meio ambiente com condutas e atividades poluidoras ou consideradas lesivas, que sujeitem os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções cabíveis, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas inclusive com o desequilíbrio ecológico.

Legislando portanto, sobre a segurança do Meio Ambiente, estará o Estado agindo rigorosamente dentro do âmbito de competência da nossa Constituição e, chamando a si a disciplina da matéria nesse campo.

A presente propositura colimada, por conseguinte, perfilha-se entre as normas relativas do Meio Ambiente, ajusta-se ao figurino constitucional e o ordenamento ecológico.

Representa também, a presente proposta, uma nova alternativa para unir o produtor ao bóia fria, para amenizar um velho e angustiante drama destes, que na entressafra sofrem com o processo que obstaculiza-o ao acesso permanente das atividades do dia-a-dia para as necessidades básicas à sobrevivência e o sustento de suas famílias. Este processo da retirada da cana ou resíduos da cana-de-açúcar do local de produção da lavoura para local apropriado para esse fim, aumentará, sem dúvida, a oferta de mão-de-obra para o bóia fria.

Considerando tais aspectos e, movidos por fatores que determinam a necessidade de proteger inclusive a fertilidade da terra, entendemos que a medida proposta virá contribuir de forma significativa o importante avanço para a solução de problemas atinentes ao aumento de mão-de-obra, à par de constituir-se em prioridade e preceito ético e principalmente humanitário para oferecer condições para solucionar esta anomalia.

Trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que abrirá a oportunidade desejada, inclusive para evitar incêndios nas propriedades vizinhas como tem ocorrido frequentemente a ponto de causar acidentes consideráveis.

PROJETO DE LEI Nº 409/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Artigo 25, da Lei nº 10219, de 21.12.92, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 25 - Será admitido segurado em caráter facultativo, desde que não sendo servidor público, seja ocupante de cargo em comissão.

Parágrafo Único - A opção pelo regime previdenciário desta lei, será feita mediante requerimento do ocupante do cargo em comissão."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 16.08.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O trabalhador ocupante de cargo em comissão, que presta serviços, tanto nesta Casa de Leis que são numerosos, quanto nas demais repartições públicas em todo o Estado e que não são considerados servidores públicos, não possui a proteção previdenciária pregada pelas Constituições da União e do Estado, que todo trabalhador necessita para segurança pessoal e de sua família.

Numa situação em que este servidor comissionado venha a ficar inválido ou a falecer, não terá direito a qualquer tipo de benefício, visto que é impedido de ser segurado, ficando ou deixando a família à mercê da própria sorte.

É por demais justo, Senhores Parlamentares, mormente para esse tipo de funcionário, comissionado, que possa fazer sua opção pela seguridade do Fundo de Previdência do Estado para que possa ter o amparo enquanto prestador de serviços aos órgãos públicos, mesmo que temporário.

Por tratar-se de assunto que visa sanar um dos mais graves problemas, que é a proteção ao funcionalismo comissionado, contamos com o apoio dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrada a leitura do expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, Deputado Domingos Faustino de Carvalho.

O SR. DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Na semana retrasada, foi constituída nesta Assembléia a CPI do Bóia Fria.

A primeira etapa da CPI constiuu-se ma investigação "in loco" pelo interior do Paraná, baseada nas denúncias, principalmente pela Folha de São Paulo.

Viajando pelo interior do nosso Estado, juntamente comigo estiveram lá Emilia Belinati, Deputado Bona Turra e Júlio Bi-

fon.

Iniciamos pelo Município de Londrina, na quarta-feira, levantando às quatro e meia da manhã a fim de que pudéssemos entrar em contato, nesse horário, com os bóias frias, que é o horário que eles pegam as suas conduções que os levam ao local de trabalho.

E ali verificamos as más condições de transporte que os nossos bóias frias - lá na região de Londrina - possuem.

Alguns viajando em cima de caminhões sem banco, em pé e sem proteção de lona; outros, viajando em kombis em más condições de conservação e mecânica.

Estivemos, depois, no Município de Bela Vista do Paraíso, onde ouvimos o depoimento do Prefeito Augustinho Marques de Oliveira.

Estivemos também no distrito de Santa Margarida, pertencente à Bela Vista do Paraíso, e lá fizemos o depoimento de um sindicalista.

Fomos em Porecatu, antes disso em Florestópolis, onde ouvimos o depoimento de um médico daquela cidade a respeito dos acidentes de trabalho, doenças profissionais ocorridas naquela região.

Estivemos em Porecatu, visitando os canaviais da usina pertencente aos irmãos Atalla, onde foi constatado também os trabalhos no corte de cana em precárias condições.

No dia seguinte, seguimos em viagem para Lunardelli, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. A mesma coisa investigamos lá, de madrugada, as condições de transporte e estivemos em contato com os trabalhadores bóias frias nas suas residências. Principalmente na Cidade de Lunardelli, vivem em más condições de habitação, cobertos com lonas.

Estivemos, também, observando a colheita de café na região de Lunardelli. Estivemos em São João do Ivaí, num ambulatório da Prefeitura Municipal daquela Cidade, aonde presta um bom atendimento ao trabalhador rural daquela região. Ouvimos o depoimento do Diretor daquele ambulatório, e em seguida seguimos viagem para São Pedro do Ivaí, aonde ouvimos o depoimento de um padre e também da Polícia Rodoviária a respeito dos transportes dos bóias frias daquela região.

Estivemos em Amaporã. Estivemos em Querência do Norte, ouvindo depoimentos de funcionários da Prefeitura, também a respeito do assentamento que existe naquela região, em Pontal do Tigre, e a respeito do serviço dos bóias frias.

Em Santa Cruz de Monte Castelo ouvimos o depoimento do Prefeito, onde ele fez constar o seguinte: que baseado em números de casas comerciais existentes naquele Município e no número de funcionários exis-

tentes na Prefeitura, a Cidade é mais ou menos de 10 mil habitantes, calculou-se que como 2 mil habitantes têm serviço na Cidade, os restantes 8 mil habitantes provavelmente seriam bóias frias, e a maioria desempregados.

Como eu estava dizendo, ouvimos depoimentos de muita gente: padre, Polícia Rodoviária, médicos, Prefeito, sindicalistas. Percorremos mais ou menos 1.500km. Chegamos à conclusão de que no Paraná deve haver mais ou menos 500 mil bóias frias.

A conclusão é a de que a maioria destes bóias frias apresentam condições desfavoráveis em todos os sentidos de suas vidas. Desde o trabalho, alimentação, saúde, habitação, enfim, a maioria vive exposto. A Legislação os protege mas não é cumprida, na maioria dos casos. Encontramos até crianças de 8, 9 e 10 anos de idade, neste trabalho.

Esta CPI está iniciando, muito ainda teremos pela frente, porque daqui para a frente teremos os depoimentos das autoridades. E creio que outros Parlamentares também irão usar esta Tribuna a fim de expor aqui suas idéias e suas experiências a respeito desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos, então, ao Horário das Lideranças.

Consultamos a Liderança do Partido dos Trabalhadores se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

Dia 11 próximo passado foi lançado em Curitiba o "Comitê do Combate à Fome". Esteve presente nesta data Dom Mauro Morelli, representando o "Comitê Nacional de Combate à Fome", fome esta que não surgiu ontem em nosso País, mas sim praticamente logo após os portugueses terem aqui aportado em 1500, quando a nossa população indígena já começou a sofrer as consequências da fome.

Queremos dizer que todos os estudos feitos até a presente data têm demonstrado que a fome em nosso País não é pela falta de alimentos. Inclusive a nossa produção nacional de grãos é superior às nossas necessidades. A questão "fome", é resultante da concentração de renda em nosso País e da concentração da terra, somando-se a isso a ausência de uma política agrária e de uma política agrícola.

De acordo com a ONU, os 10% mais ricos

que vivem no Brasil têm metade da riqueza, têm metade do produto interno bruto sobre seu domínio. E mais de 50% da população economicamente ativa do Brasil recebe menos de dois salários mínimos, independentemente de onde trabalham, se no setor privado ou no setor público. Grande parte dos trabalhadores, mesmo servidores públicos do Estado do Paraná, ou servidores públicos dos municípios paranaenses - inclusive os de Curitiba - percebem menos que dois salários mínimos.

O IPEA fala em trinta e dois milhões de brasileiros passando fome, trinta e dois milhões de pessoas vivendo em pobreza absoluta.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, apoiamos a "Campanha Nacional de Combate à Fome". Estivemos presentes neste ato do dia 11, mas entendemos que a solução da fome, o fim da fome não passa somente pelo lado assistencialista e não passa somente pelo fim da recessão. É necessário não somente aumentar o número de empregos, porque não adianta ter um emprego se o salário for o mísero salário mínimo. É necessário ir além de novos empregos, ir além desse assistencialismo. Nós, do PT, pregamos que a solução da fome passe por uma reforma estrutural do nosso País.

É necessário uma reforma do Estado Brasileiro, mas mais do que isso: é urgente que se faça uma reforma agrária, é necessário que se tenha uma política de destinação prioritária para que os recursos possam ir para a produção de alimentos, é necessário ainda que esses recursos tenham o destino certo e correto da produção de alimentos. E entendemos que este destino deve ter como prioridade os pequenos e médios produtores. Mas não resolve uma política agrícola com financiamento desses pequenos e médios produtores, se nós não tivermos "a posteriori" uma garantia dos preços mínimos.

Por isso, nós do Partido dos Trabalhadores, estamos incorporados nesse Comitê Nacional e no Comitê Estadual de Combate à Fome. Mas desejamos superar a fase de somente querer combater a fome pela assistência social, ou pelos restos que sobram nas mesas dos hotéis e restaurantes, como é a proposta do Prefeito da nossa Capital. É necessário e além disso a população não quer só o resto das mesas daqueles que podem comer. A população deseja que ela tenha condições de vida e de salário no qual ela possa comprar o alimento que desejar e o alimento que necessita.

Por isso defendemos que esses comitês sejam construídos no Brasil todo e que o problema da fome seja debatido a fundo e que a sociedade brasileira se engaje na luta pelo fim da fome e isto passará por uma transformação social.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Lideranças: PDT, PMDB, PSDB, BPI, PTB, PFL.

Todos declinam.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 039/93, subscrito pelo Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 17, 18 e 19 do corrente mês, em função de viagem a Brasília, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 446/93, subscrito pelo Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente, justificando sua ausência na presente Sessão Plenária, em virtude de compromissos na região Oeste do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, comunicando sua ausência do País, no período entre os dias 02 a 14 de setembro próximo. **Aprovado.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 11 e 12 próximo passado, em função de compromissos no Município de Ponta Grossa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 208/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia Especial da Mulher no Município de Campo Mourão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 215/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 315/93, de autoria do Deputado João Preis. Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. João Aloysio Hommensohn. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 347/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Declara de Utilidade Pública Estadual a Igreja Evangélica Batista Independente de Mangueirinha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 006/93, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Transportes Intermunicipais. Aprova relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre aumento das passagens de ônibus intermunicipais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.P.I. dos Transportes Intermunicipais. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 157/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Regulamenta o artigo 224 da Constituição Estadual (Transporte Coletivo). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P.. Substitutivo Geral da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 43/91, de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 157/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Algaci Túlio, tem como objetivo regulamentar o disposto no artigo 224, da Constituição do Estado do Paraná.

"Art. 224 - É garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e das regiões metropolitanas aos maiores de sessenta e cinco anos e às pessoas portadoras de deficiência que comprove carência de recursos financeiros."

Procedida à análise constitucional, legal e regimental, bem como de técnica legislativa, notamos a necessidade de melhor adequação do artigo 1° da iniciativa legislativa ao dispositivo constitucional de número 224, pois, constatamos que os beneficiários do Plano de Lei são os maiores de sessenta e cinco anos e os portadores de deficiência que comprove carência de recursos financeiros, faltando no bojo do artigo 1° a obrigação de comprovação de carência de recursos financeiros.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável à matéria na forma da emenda aditiva que apresentamos em anexo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 28.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

EMENDA ADITIVA

PROJETO DE LEI N° 157/93

Art. 1° - É garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e das regiões metropolitanas aos maiores de sessenta e cinco anos e às pessoas portadoras de deficiência que comprove carência de recursos financeiros.

Art. 2° - Aos maiores de sessenta e cinco anos, o benefício tratado no Art. 1°, será prestado mediante apresentação de cédula de identidade contendo a expressão "Maior de sessenta e cinco anos".

Art. 3° - A comprovação da condição de deficiente, conforme o disposto nesta lei, será feita através de:

I - Atestados médicos, expedidos pelos centros de atendimento aos excepcionais;

II - Documentos expedidos, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo Prefeito Municipal, atestando que é pessoa carente.

Art. 4° - O Departamento competente da Secretaria de Estado dos Transportes, ou órgão que venha a sucedê-la, prestará o apoio necessário aos Municípios, para a implementação desta Lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N° 157/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do

nobre Deputado Algaci Túlio, complementa o Art. 224 da Constituição Estadual, de forma a assegurar a gratuidade de transporte coletivo, no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba, aos maiores de 65 anos de idade.

É inquestionável a largueza do mérito social que a iniciativa abrange, o que habilita o seu integral acolhimento nessa Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 157/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade regulamentar o artigo 224 da Constituição Estadual (Transporte Coletivo).

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Com Substitutivo Geral da C.C.J., que entrará em 2ª Discussão.

Em discussão. Em votação o Projeto. Rejeitado.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 288/92, de autoria da Deputada Lygia Pupatto e outros. Regulamenta o inciso X do Parágrafo 1° do art. 207, da Constituição do Estado do Paraná. (Especialização de Professores). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.E.M.A.. (Publ. no D.A. n° 145/92, de 20.10.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 288/92

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa regulamentar a norma inserida no art. 207, inciso X, do parágrafo 1°, da Constituição Estadual, que é reprodução fiel do inciso VI, do parágrafo único, do artigo 225 da Constituição Federal.

Evidentemente, a norma que se discute não possui os elementos normativos suficientes que por si só lhe dê aplicação e, ao contrário, necessita para sua aplicabilidade de ulterior complementação, que se dá mediante atuação do legislador infra-

constitucional.

Sendo norma constitucional de eficácia limitada sua regulamentação visa à realização dos fins sociais do Estado, razão porque da presente Proposição.

Desta forma sob os pontos de vista constitucional, legal e regimental nenhum óbice existe.

Somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 288/92

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria da Senhora Deputada Lygia Pupatto e outros, tem por finalidade regulamentar o inciso X, do parágrafo 1°, do Artigo 207, da Constituição Estadual do Paraná.

Verificamos tratar-se de uma medida merecedora de elogios e traz consigo prioridades que beneficiam o educando e elevam o ensino do nosso Estado.

A presente proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela aprovação do Projeto em questão.

Assim sendo, esta douta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão supracitada, opinando pelo parecer favorável ao relevante Projeto de Lei n° 288/92.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI N° 288/92

P A R E C E R:

O processo em tela vem instruído com os pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Educação, Cultura e Esporte. O projeto de lei, visa a regulamentação do Inciso X - Parágrafo 1° do Artigo 207, da Constituição Estadual.

"X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente".

Trata-se de um Projeto que vem ao encontro do cumprimento dos dispositivos legais expressos nos Capítulos de Meio Ambiente das Constituições Federal e Estadual, especificamente no que tange à Educação Ambiental.

Conforme análise efetuada somos de parecer favorável ao lúcido Projeto de Regulamentação da Educação Ambiental no ensino fundamental do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

EMILIA BELINATTI - Relatora

na votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Para Encaminhar) -
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei da Deputada Lygia Pupatto visa regulamentar o inciso X do § 1º do artigo 207 da Constituição Estadual. Diz o inciso X:

"Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente."

Esse inciso que não foi regulamentado até a presente data nós entendemos e solicitamos dos Srs. Deputados a aprovação da sua regulamentação. O objetivo do Projeto de Lei da Deputada coloca e dá um prazo ao Poder Executivo, um prazo de cinco anos para que sejam especializados professores em número suficiente para atuar em cada escola do Estado do Paraná.

Visa ainda essa lei, que os professores sejam capacitados para desenvolverem as atividades de educação ambiental, nós entendemos que não basta o discurso de defesa do meio ambiente. É necessário que se coloque em prática. Nós sabemos que a questão ambiental no mundo hoje é debatida em todos os níveis, em todas as sociedades há preocupação. Se o homem continuar depredando o meio ambiente como vem fazendo, ele estará - como espécie - condenado à morte. Estará condenado à sua extinção.

Não adianta ficar fazendo discurso em favor do meio ambiente se não trabalhar na área de educação. Se não trabalhar dentro das escolas, trabalhar com a criança que está em formação.

É este o objetivo.

Se a Bancada Governista deseja ver o ambiente preservado, deseja que as populações futuras vivam em um ambiente sadio, nós solicitamos que votem favorável a esse Projeto, e que não derrotem um projeto por não apresentar nada em contrário. Que não derrotem um Projeto sem ter argumentação. Esse Projeto não só visa colocar autoritariamente a defesa do meio ambiente, ele democratiza e coloca em discussão em seu art. 3º nos vários incisos, coloca que deve ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, dá ampla liberdade para os diretores e para que cada escola debata e conduza da melhor maneira possível a educação na área ambiental.

Por isso, Srs. Deputados, nós do PT pedimos o apoio ao Projeto da Deputada Lygia Pupatto, porque não basta desejar um ambiente sadio se não contribuir para que este ambiente seja sadio, e a contribuição se dará com a aprovação deste Projeto. Se não tiver a concordância em algum de seus pontos, exerce o direito de emenda. Tal

projeto foi aprovado sem nenhum voto contrário na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Educação e de Meio Ambiente onde Deputados de todos os Partidos têm assento e poderiam ali ter registrado os seus votos contrários.

Se assim não o fizeram, é porque houve concordância. E pedimos concordância neste Plenário agora.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) -
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quanto ao Projeto 288/92 da Deputada Lygia podemos entender que até o dispositivo constitucional também é auto-aplicável, mas os arts. 1º e 2º do projeto de lei indicam um órgão que deverá promover a aplicação do dito constitucional.

Entretanto, a partir do Art. 2º o presente Projeto de Lei está eivado de inconstitucionalidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de vez que adentra no campo da execução da atividade, determinando, inclusive, métodos, formas, maneiras em que deverá ser realizado todo o trabalho pelo órgão executor do Poder Executivo.

Por outro lado, em se tratando de matéria de tal relevância, dá para se entender, de forma clara, que os órgãos técnicos do Estado não foram sequer ouvidos a esse respeito. Nós não tivemos nenhuma apreciação, nenhuma análise de nenhum órgão do Estado.

A própria Comissão de Educação, em nosso entender, deveria ter requerido uma diligência específica neste caso. Portanto, somos de parecer contrário ao projeto, sugerindo que o mesmo volte em forma de anteprojeto uma vez que a iniciativa de um trabalho desta natureza requer um estudo profundo a respeito de lei ambiental.

O Deputado não é obrigado a entender de lei ambiental, mas existem os órgãos do Governo, existem as entidades que podem fornecer os subsídios, daí a nossa opinião contrária ao projeto, sugerindo que ele retorne, e sugerimos aqui à Liderança do PT, que retorne em forma de anteprojeto, principalmente nos assuntos tratados pelo Art. 3º e seguintes deste projeto de lei.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Nós entendemos que a questão da constitucionalidade deve ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, como manda o Regimento Interno desta Casa. E tal Comissão analisou e concluiu como constitucional.

Portanto, não cabe a este Plenário votar se é constitucional ou não. A constitucionalidade já foi decidida.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - O que estamos votando hoje em 1ª discussão, refere-se a quê?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A constitucionalidade do Projeto.

Está em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; e os contrários se levantem.

Rejeitado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá à verificação de votação.

(O Senhor Presidente faz soar os tímpanos).

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao Projeto 288/92, queiram levantar-se.

Os Deputados contrários, levantem-se.

Doze votaram favoráveis.

Dezesseis votaram contrários.

Está rejeitado o projeto.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões. Altera artigos do Decreto n° 3926, de 17/10/88, e dá outras providências. (SANEPAR). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 11, de 08.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 053/93

P A R E C E R:

O nobre Deputado Carlos Simões vem apresentar projeto de lei objetivando alterar a legislação que trata da tarifação dos serviços prestados pela SANEPAR.

Como os Artigos 53 e 65, da Constituição Estadual, asseguram à Assembléia Legislativa e aos seus Membros a discussão e a iniciativa das matérias de competência do Estado, a presente proposição está em condições de ser aprovada pela Casa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 053/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Carlos Simões, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, a alteração de artigos do Decreto n° 3926, de 17/10/88, e dá outras providências.

O Projeto em questão mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Não é de competência desta Casa de Leis, promover a alteração de Decretos do Poder Executivo, cabendo a este promover as alterações que julgar necessárias.

Acontece porém, que pelo mérito da

questão o projeto mereceria ser aprovado por esta Casa. Deste modo, o nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo em plenário, com o intuito de que seja encaminhada pelo seu autor, sugestão ao Chefe do Poder Executivo, consubstanciada no objeto da proposição ora em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. CARLOS SIMOES (Pela Ordem) - Constatados alguns vícios do projeto e atendendo solicitação da minha assessoria e da Deputada Emilia Belinati, estou encaminhando à Mesa Requerimento de adiamento por dez sessões para que haja a mudança devida ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa consulta ao Deputado Carlos Simões, autor do Projeto, se está encaminhando à Mesa o Requerimento.

A Mesa coloca em votação o requerimento de autoria do Deputado Carlos Simões, propondo a retirada por dez sessões do Projeto 53/93.

Em discussão.

Em votação.

Aprovado o Requerimento.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 053/93.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 177/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Determina a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresas da administração direta, indireta ou autárquica, nos Municípios de origem. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 46, de 11.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 177/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, objetiva determinar a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresas da administração direta, indireta ou autarquias, nos municípios de origem.

Analisando o projeto, notamos não constar nenhum óbice de caráter legal, regimental ou constitucional para a sua normal tramitação dentro dessa Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 177/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por finalidade determinar a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresas da administração direta, indireta ou autarquias, nos municípios de origem.

A matéria já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Obras Públicas. No âmbito da Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 177/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva determinar a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresas da administração direta, indireta ou autárquica, nos municípios de origem.

O presente projeto, tendo sido relatado na Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, analisando-se a matéria, verificamos que a mesma não possui qualquer óbice quanto a sua tramitação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua tramitação e posterior aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 177/93.

1. **DISCUSSÃO** - Projeto de Lei n° 250/93, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Oví-

dio Constantino e Ernani Pudell. Dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. (Publ. no D.A. n° 75, de 09.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 250/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria dos nobres Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, dispõe sobre a Comercialização e Recebimento do Fumo na Fonte de Produção, na forma em que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do egrégio Plenário desta Casa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 250/93

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, o Projeto de Lei n° 250/93, ora sendo examinado por este relator, dispõe sobre a Comercialização e recebimento do fumo na fonte de produção, na forma que especifica.

Como resultado da análise, nada foi encontrado que pudesse impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tal fato, este relator emite seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.07.93

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, sobre esse projeto de lei, de autoria da nossa Bancada, queremos dizer aos Senhores Deputados que, para nós, os mandatos são simplesmente um instrumento da vontade dos produtores de fumo do nosso Estado.

No início deste ano, no primeiro semestre, foi feito um seminário, aprovado aqui neste Plenário, sobre as questões e os problemas do fumo e, nesse seminário, as lideranças presentes, representando esses agricultores, definiram que deveria ser apresentado um projeto de lei que procurasse corrigir alguns erros na comercialização e classificação da venda, ou seja, do comércio do fumo, principalmente no que afeta aos pequenos e médios produtores rurais.

Queremos dizer que somos instrumento de uma categoria e não os autores desse projeto. Em respeito a esses agricultores é que pedimos a esses Deputados que votem favoráveis a esse projeto que vem atender às necessidades de um dos setores de produção agrícola de nosso Estado, diga-se de passagem, um setor que vive em grandes dificuldades econômicas, e com alguns de seus filhos já submetidos à fome e, nós, que estamos em campanha nacional de combate à fome, pedimos o apoio de todos os senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o projeto.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, ouvi atentamente o Deputado Dr. Florisvaldo Fier, justificando a apresentação do projeto que está em discussão na Casa.

É evidente que os argumentos de S.Exa. pendem para o lado humano da questão. Então é evidente que nós não iremos votar contra esse projeto, devido a essa circunstância apenas, mas não se trata de matéria que possa ser legislada pela Legislação Estadual. Isso é da competência da Legislação Federal.

Acho que é inócua a apresentação desse projeto, a aprovação.

Entretanto, quero definir meu voto e justificá-lo. Voto devido à argumentação apresentada pelo nobre Deputado Florisvaldo Fier, mas a matéria foge à alçada da Assembleia Legislativa do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto 250/93.

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Apresento por escrito à Mesa, a pedido da Liderança do Governo - para que o Governo possa analisar melhor - um Requerimento de retirada para adiar por cinco Sessões, visando como esse Projeto, senão como ele está, mas com alguma modificação, se necessário, para que ele seja aprovado porque ele trará favores enormes aos pequenos produtores, es-

pecialmente ao setor de fumicultura.

Então requero - encaminharei por escrito, oportunamente - a retirada por cinco sessões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tendo em vista o entendimento de V.Exa. com o Líder, Deputado Renato Adur, a Mesa submete à apreciação do Plenário o Requerimento do Deputado Florisvaldo Fier, retirando o Projeto 250/93 por cinco Sessões.

Aprovado o requerimento, e adiado o Projeto por cinco sessões.

Sobre a mesa, Requerimento n° 2906, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2921, de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli, Anibal Khury e Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2915 e 2916, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2905, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2899 a 2901 e 2903, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2895, 2904, 2912 e 2913, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2878 a 2880 e 2882 a 2886, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2931, de autoria dos Srs. Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2888 a 2894, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2907 a 2911, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2902, 2918 e 2917, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregoneze, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2914, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Queremos parabenizar também a torcida

do Paraná - também somos paranistas - em especial a um membro desta Casa, que é o Deputado Erondy Silvério, Diretor do Paraná Clube.

Parabéns ao Paraná pela estrutura que montou, pela equipe de futebol e, acima de tudo, pela equipe-empresa que é hoje o Paraná, um orgulho para todos nós paranaenses.

Portanto, de parabéns a torcida paranista, de parabéns a Assembléia, em especial o Deputado Erondy Silvério que é hoje um dos Diretores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação. **Aprovado.**

Requerimento n° 2920, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2922 e 2923, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2828, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. BONA TURRA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já foi pedido o adiamento.

O SR. BONA TURRA - Não pude compreender o objeto do Requerimento. Qual o autor e o objeto, especificamente, do Requerimento, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O autor é o Deputado Namir Piacentini. E no entender desta Presidência, o Deputado Namir Piacentini alega que os pedidos encaminhados por Deputados não aliados ao Governo não têm sido atendidos pelo Governo.

Ele pede esclarecimentos ao Governador. O Requerimento é constituído de três laudas.

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento n° 2934, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Com-

plementares n°s: 348/92 e 046/93 e dos Projetos de Lei n°s: 236/92, 330, 334, 360, 363 e 366/93.

Levanta-se a sessão.

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 17.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Nelson Garcia, Arlindo Troian, Toti Colaço, Emilia Belinati, Paulo Maia, Colombino Grassano, Valdir Rossoni, Antônio Costenaro Neto, João Iensen e Nelson Justus. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 363/93 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 354/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 370/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO; 4) Proposição Veto n° 39/93 que veta o Projeto de Lei n° 423/92 de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 369/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 328/93 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 334/93 do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 372/93 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO; 9) Proposição Veto n° 37/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 145/93 do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 360/93 do Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. APROVADO; 11) Proposição Veto 33/93, do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 115/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 341/93 do Deputado Antô-

nio Annibelli. O Deputado Relator, Arlindo Troian, requer diligência. DEFERIDO; 13) Proposição Veto n° 28/93 do Poder Executivo que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 289/93 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO; 14) Proposição Veto 31/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 58/93. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 299/93 do Deputado Colombino Grassano. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 181/92 do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 378/93, do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 345/93 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 356/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO; 20) Proposição Veto n° 38/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 350/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO; 21) Proposição Veto n° 32/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 219/92 do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano. APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 353/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro. APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 366/93 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro. APROVADO; 24) Proposição Veto n° 34/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 85/93 do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro. APROVADO; 25) Proposição Veto n° 24/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 226/91 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 219/93 do Deputado Carlos Simões. O Deputado Relator, Valdir Rossoni requer diligência. DEFERIDO; 27) Projeto de Lei n° 355/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 28) Proposição Veto n° 35/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 07/93 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO; 29) Projeto de Lei n° 362/93 do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO; 30) Proposição Veto n° 29/93 do Poder Executi-

vo que veta o Projeto de Lei n° 86/93 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO; 31) Projeto de Lei n° 343/93 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO; 32) Projeto de Lei n° 330/93 do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO; 33) Projeto de Lei n° 379/93 do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO; 34) Projeto de Lei n° 236/92 do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 35) Projeto de Lei n° 303/93 do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer no sentido de que se vá ao Plenário para que este decida; 36) Projeto de Lei n° 326/93 dos Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 37) Projeto de Lei n° 295/93 do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 38) Projeto de Lei n° 62/93 do Deputado Nereu Moura. O Deputado Relator, Nelson Justus, requer diligência. DEFERIDO; 39) Projeto de Lei n° 296/91 do Deputado Edison Lino. O Deputado Relator, Nelson Justus, requer diligência. DEFERIDO; 40) Proposição Veto n° 40/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 47/93 de autoria do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 41) Projeto de Lei n° 357/93 do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 42) Recurso interposto pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, ao indeferimento da Presidência da Mesa Executiva - Sessão Ordinária do dia 12.05.93 ao requerimento de instauração de CPI para apuração de irregularidades nos gastos do Governo do Estado com propaganda. REJEITADO o parecer do Deputado Nelson Justus. Será designado novo relator; 43) Projeto de Lei n° 359/93 do Deputado Nilton Barbosa. Concedido vistas ao Deputado Nelson Justus; 44) Projeto de Lei n° 368/93 do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO; 45) Proposição Veto n° 36/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 119/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária